

09/10/2014



Licenciamento ambiental

Minas Gerais



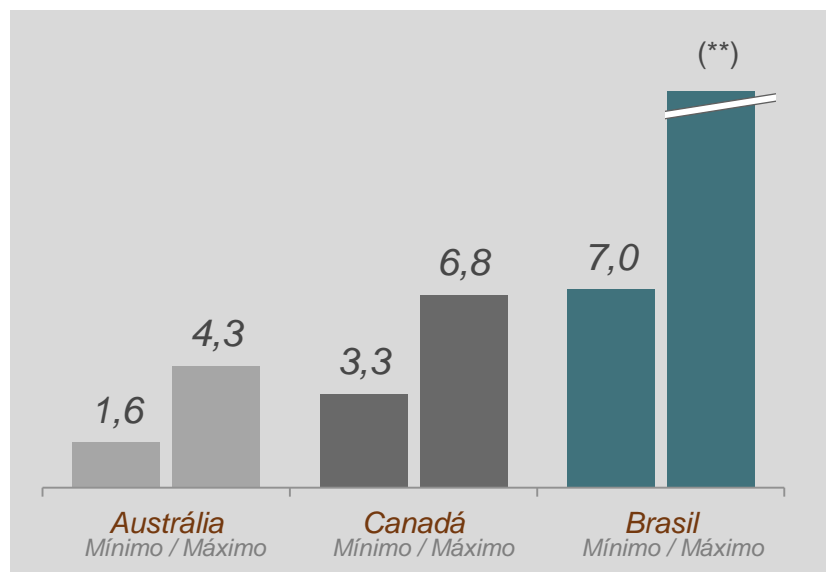
Temas relevantes e proposições

Agenda

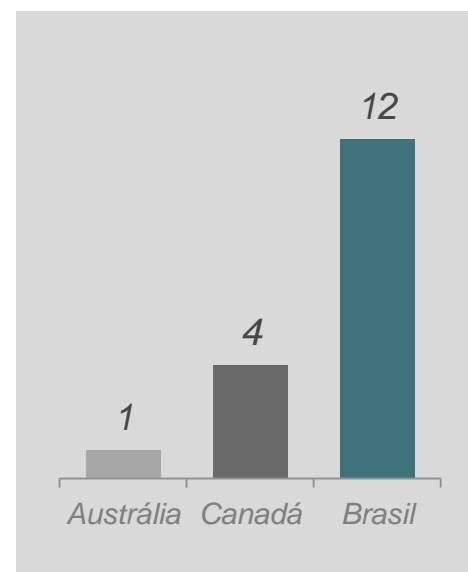
1. Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil
2. Governança
3. Competência, processo e atos autorizativos
4. Avaliação Ambiental Estratégica
5. Espeleologia, compensações e sanções administrativas

Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil

Somatório dos prazos legais (em anos) desde a pesquisa mineral (*)



Número de interfaces (entidades/órgãos) (*)



(*) Fonte Coffey;

(**) Não há perspectiva de máximo;



Exemplo de interfaces

Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil

<i>Etapa</i>	<i>Como é no Brasil</i>	<i>Nos outros países</i>
<i>Geral</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A empresa faz a interface com cada órgão individualmente (“Balcões Múltiplos”); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Na Austrália, a interface é realizada apenas com o órgão mineral do estado e é ele quem solicita análise dos demais órgãos (“Balcão Único”)
<i>Pesquisa mineral</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O tempo necessário para obtenção das autorizações para pesquisa é de aproximadamente 2,5 anos (30 meses); <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em Minas Gerais, a supressão de vegetação para sondagem geológica e geotécnica pode ser precedida de elaboração de EIA/Rima e obtenção de LOP (Licença de Operação para Pesquisa). A elaboração do EIA/RIMA demanda, no mínimo, 6 meses. (“Complexidade”) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tanto na Austrália quanto no Canadá, o tempo necessário é pelo menos três vezes menor (9 meses ou menos); <hr/> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na Austrália é necessário estudo ambiental mais simplificado para sondagem. Após a pesquisa, a empresa deve efetuar a reabilitação da área em até 6 meses (“Simplicidade”);
<i>Projeto e Implantação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É necessário a obtenção de diversas licenças , como a Prévia (LP), de Instalação (LI), Outorga de Água, ASV, dentre outras para a implantação do empreendimento (“Autorizações múltiplas”); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tanto na Austrália quanto no Canadá não são exigidas as Licença Prévia e de Operação (“Autorização única”).

Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil

Principais percepções

1. No Brasil, a falta de previsibilidade do prazo para obtenção de licenças penaliza a implantação dos projetos. Etapas que poderiam ser realizadas em paralelo, como a mobilização para obras, só são realizadas após a emissão das licenças.
2. A gestão do processo é complexa e demanda uma peregrinação por diversos “balcões” de diferentes departamentos e entidades, envolvendo, por vezes, mais de um nível de governo. A redução de interfaces e a redefinição de foco do licenciamento poderia torná-lo menos oneroso para a sociedade, Estado e o empreendedor.
3. A diversidade de atos autorizativos e anuências acaba por tornar o licenciamento burocrático e gera duplicidade de avaliações e exigências. As licenças prévias e de operação são modalidades de licença. Em substituição, outros tipos ou formas de controle são igualmente válidos, desde que adequadamente regulamentados.

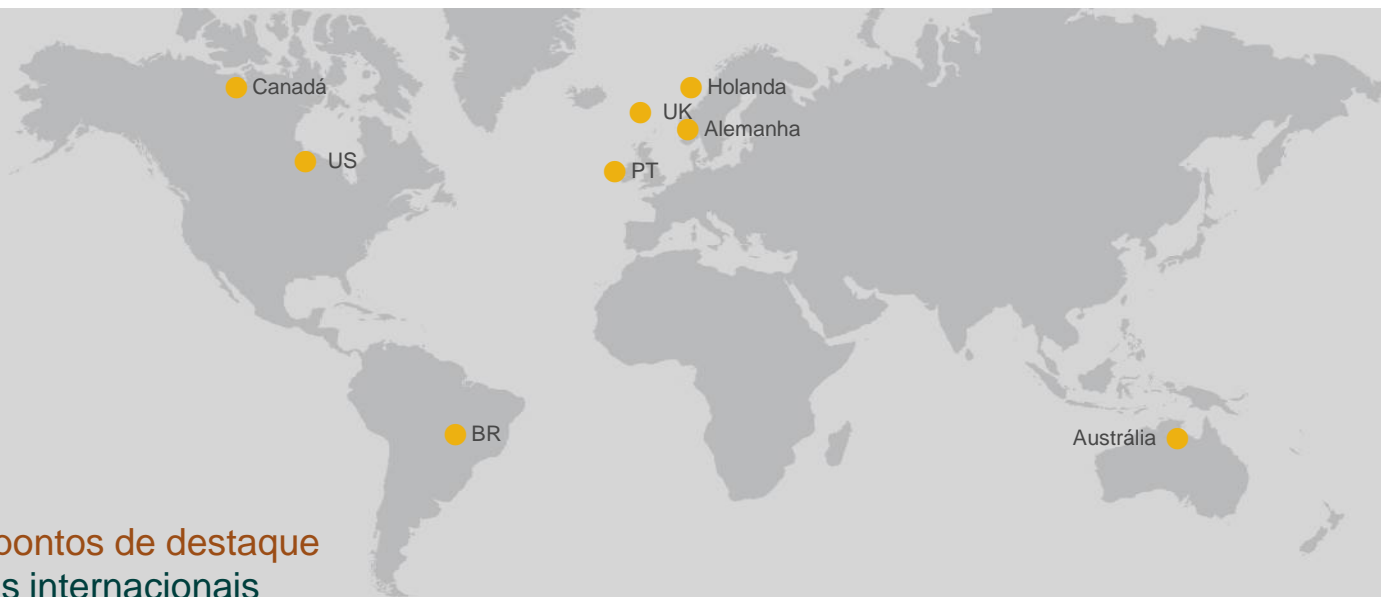


Agenda

1. Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil
2. Governança
3. Competência, processo e atos autorizativos
4. Avaliação Ambiental Estratégica
5. Espeleologia, compensações e sanções administrativas

Governança em outros países

- Agência reguladora com foco em licenciamento, avaliação de impacto e fiscalização;
- Regulação de procedimentos para se atingir metas definidas por políticas públicas e diretrizes de governo;
- Processos de consulta pública estruturados e focados em questões do empreendimento;
- Definição de etapas, procedimentos e prazos, bem como de atos autorizativos e seus efeitos legais;
- Gestão da informação e aperfeiçoamento do Termo de Referência e do processo de avaliação de impacto ambiental;
- AAE – Avaliação Ambiental Estratégica circunscrita a políticas, planos e programas de governo



Principais pontos de destaque
Referências internacionais

Governança em MG

Alterar o foco de comando e controle para uma visão de planejamento

	Atual	Proposição	Vantagens 
COPAM	Normatiza e delibera sobre o licenciamento e políticas de governo etc.	Regulação. Deliberar sobre políticas de governo e diretrizes/metasp gerais para fins de regulação de procedimentos e instrumentos de controle ambiental.	Reestruturação e fortalecimento institucional do COPAM, na medida em que altera seu papel de comando/controle para o de planejamento, dando mais eficiência no trato sistêmico, por meio de regulação, dos instrumentos de controle. Minimiza interferências <i>ad hoc</i> no licenciamento de projetos.
SEMAD	Promove a regularização ambiental (licenciamento e atos autorizativos), elabora e propõe políticas governamentais, realiza estudos e ações conservacionistas.	Planejamento. Executar políticas governamentais, planejamento, estudos de riscos regulatórios e ações conservacionistas.	Clara separação entre as ações de gestão e planejamento das ações de execução (regularização ambiental), de forma a dar mais eficiência ao sistema
FEAM IGAM IEF	Apoio técnico ao licenciamento e regulação.	Licenciamento e fiscalização. Unificar numa instituição com direção colegiada, similar ao funcionamento de uma agência reguladora. Licenciar e fiscalizar, além de regular procedimentos de acordo com metas definidas pelo COPAM	Clara definição das ações de execução, a cargo de um único órgão, com possibilidade de unificação de procedimentos e instrumentos de regularização ambiental (CAR, Licença, Outorga, ASV, etc.)

Agenda

1. Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil
2. Governança
3. Competência, processo e atos autorizativos
4. Avaliação Ambiental Estratégica
5. Estudos de espeleologia, compensações e sanções administrativas

Competências

Rever e avaliar , no âmbito do SISNAMA, interferências por diferentes interlocutores num mesmo procedimento

Órgão competente para o licenciamento

Licenciamento num único nível de governo - LC 140/2011

Intervenientes

Matéria de competência de outros órgãos, sujeitas a procedimentos específicos

Demais entes federativos

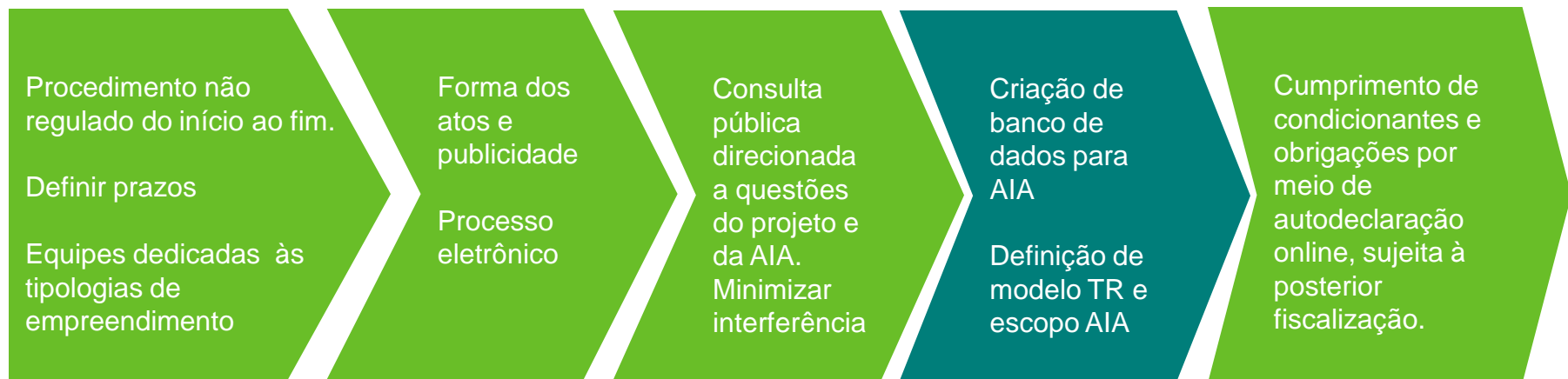
Ação cooperada (licenciamento e fiscalização)

Anuência IBAMA

Revisor de procedimentos e sobreposição de funções com o órgão licenciador (Lei de Mata Atlântica)

Processo

Racionalização e fortalecimento do processo de decisão.




- Parecer técnico-jurídico único e integrado;
- Estabelecer mecanismos de controle para adiantar ações ou etapas (mobilização de obras e outras tarefas que não dependeriam da licença);
- Mecanismo de averbação de licença para alterações de projeto ou correções.

Avaliado por LOB-SVMFA

Atos autorizativos

Segurança jurídica e simplificação de procedimentos

	Atual	Proposição 
Licenças	Sistema trifásico (LP, LI e LO)	Licenciamento com EIA-RIMA – Fortalecer LP como reconhecimento da viabilidade do projeto, reduzindo insegurança jurídica e garantindo direito da implantação – sem rediscussão da viabilidade na fase seguinte. Evitar condicionantes de programas já previstos nos estudos ambientais e outras que fogem ao escopo do licenciamento. Desenvolver para Bifásico
	Sistema bifásico (LP+LI concomitante e LO)	Licenciamento sem EIA-RIMA = único: adotar licença única que ateste a viabilidade e aprove a implantação e operação do projeto.
Declaração de Conformidade da Prefeitura (Uso do Solo)	Solicitação pelo empreendedor, sem regulamentação específica e sem prazos	Solicitação pelo órgão ambiental e não pelo empreendedor. Regulamentação estadual da Res. CONAMA 237, art. 10, § 1º, estabelecendo procedimentos e prazos para manifestação da Prefeitura.
Prazos e Renovação	Prazos de validade da licença e seus efeitos legais	Garantir a otimização de processos e aumento de eficiência e produção sem depender de emissão de nova licença. Previsão de averbação da licença quando da alteração – relatório demonstrando reformulação.
	Renovação automática do direito de operar.	Assegurar validade da LI durante toda a etapa de implantação, observado o cronograma do projeto. A licença é prorrogada automaticamente, mediante pedido de renovação prévio ao seu vencimento (LC 140/11, art. 14, § 4º).
		Autorização para operar contínua e renovada automaticamente por meio de entrega de relatório online e ajuste de não conformidade.

Agenda

1. Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil
2. Governança
3. Competência, processo e atos autorizativos
4. Avaliação Ambiental Estratégica
5. Espeleologia, compensações e sanções administrativas

Avaliação ambiental estratégica

Garantir vantagens procedimentais e prazos exíguos de análise para empreendimentos cujos setores já foram objeto de AAE e AAI.

AIA no licenciamento

Foco na viabilidade do projeto

Responsável o empreendedor

Consulta pública direcionada a questões concretas do projeto

AAE

Foco em políticas, planos e programas governamentais

Decisões políticas

Responsabilidade dos órgãos setoriais

Não vincula o licenciamento, porém, é um facilitador.

AAI

Foco nos efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos de um conjunto de empreendimentos

Subsidiar futuros estudos e a implementação de empreendimentos

Responsabilidade do órgão setorial de planejamento e não empreendedor (p. ex. EPE – art. 4º, X da Lei 10.847/2004)

Risco: o empreendedor pode apresentar conflito de interesse em relação aos demais projetos a serem avaliados

Agenda

1. Avaliação comparativa Austrália, Canadá e Brasil
2. Governança
3. Competência, processo e atos autorizativos
4. Avaliação Ambiental Estratégica
5. Espeleologia, mata atlântica, compensações e sanções administrativas

Espeleologia, mata atlântica...

Revisão de temas sensíveis

	Atual	Proposição
Espeleologia	Estudos de relevância na fase da LP (TR SEMAD)	<p>Elaboração de TR padrão para os estudos Se Licenciamento atual – na fase de LP: Identificação preliminar de cavidades e manutenção de área de influência de 250m</p> <p>Evitar a análise da relevância da cavidade na fase de LP.</p> <p>Licenciamento bifásico – 1ª Fase: identificação e relevância. 2ª Fase: compensação</p> <p>Medidas compensatórias a serem definidas para LO.</p>
Mata Atlântica	No caso de supressão de mata atlântica, exige-se como compensação o plantio e manutenção de pelo menos duas vezes a área suprimida (Deliberação COPAM 73/2004)	<p>Lei 11.428/2006 regula a utilização do Bioma em todo o território nacional, inclusive a forma de compensação pela supressão.</p> <p>A legislação federal obriga a recuperação de área <u>equivalente à área desmatada</u>, não podendo o Estado legislar de forma diferente (não se trata de competência concorrente, ainda mais por ato infralegal).</p> <p>Revogação da Deliberação COPAM 73/2004.</p>

...compensações e sanções

Revisão de temas sensíveis

	Atual	Proposição
Compensações	<p>A Lei Estadual Florestal, sem eu artigo 75, prevê a compensação pela supressão florestal para empreendimentos minerários, independentemente das demais compensações previstas em lei (SNUC). Há uma inegável duplicidade de cobrança pelo mesmo fato gerador (impacto – supressão de vegetação):</p> <p>1x compensação ambiental (SNUC);</p> <p>2 x medidas compensatórias florestais (Reposição Florestal e Mata Atlântica)</p>	<p>Definição da base de cálculo/fórmula da compensação ambiental, não incluindo elementos naturais, como florestas, que são objeto de medidas compensatórias por leis específicas (p. ex., lei florestal/mata atlântica);</p> <p>Os valores gastos no reflorestamento, na compensação de APP, no reflorestamento da Mata Atlântica, dentre outros, devem ser abatidos do cálculo da compensação.</p>
Sanção	<p>Necessidade de graduação da penalidade, definição da autoridade competente e procedimento de sanção.</p>	<p>Revisão para gradação da sanção ao ato infrator, para <u>especificar as situações de embargo/interdição</u>, de modo a evitar situações de subjetividade e a paralisação de atividade pela mera caracterização de não conformidade, sem que se apresente risco ao meio ambiente.</p> <p>Na renovação da operação, possibilitar mecanismos de ajustes de conformidades.</p>

Muito obrigado!

gleuza.jesue@vale.com – Diretora de Meio Ambiente
rodrigo.dutra.amaral@vale.com – Diretoria de Ferrosos
monica.lanna@vale.com – Diretoria de Meio Ambiente
renata.vilarinho@vale.com – Jurídico



VALE